

México tenta obter mais concessões dos credores

A.M.PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — As negociações que o México conduz com seus credores contêm importantes implicações para o Brasil, mas o comunicado de anteontem do Comitê de Bancos que assessorava o governo mexicano mostrou apenas a ponta de um processo que ainda não terminou. Por enquanto, o comitê só anunciou que "concordou em negociar entendimentos específicos para um reescalonamento da dívida do setor público do país em bases multianuais". O México quer muito mais do que isso e parece contar com o apoio decidido do próprio **Chairman** da Reserva Federal dos Estados Unidos, Paul Volcker.

Segundo o comunicado, em vez de reescalonar o principal que vence em determinado ano, como tem sido a praxe com quase todos os países, os bancos concordariam em reescalonar de uma vez as amortizações relativas a vários anos. Isso já aconteceu com o México por um período de dois anos e meio e, portanto, tem um significado apenas relativo se a medida não for acompanhada por outras concessões que atenuem o ônus do serviço da dívida do País. O principal, como todo mundo sabe, acaba sendo reescalonado mesmo.

Uma fonte ligada ao Comitê dos Bancos disse ser impossível prever com exatidão quantos anos serão negociados agora. Provavelmente, disse, serão incluídos 1985, 86, 87 e talvez, 1988. "A definição do acordo vai depender de muito trabalho do Subcomitê Econômico do Comitê dos Bancos", afirmou.

O **chairman** do comitê e seu porta-voz, William Rhodes, vice-presidente senior do Citibank, vêm afirmando há várias semanas que as condições de financiamento da dívida externa dos países devedores melhorarão. O comunicado de anteontem de Rhodes não menciona os novos prazos de pagamento ou preços (taxas de risco, comissões) para o reescalonamento da dívida mexicana.

Entretanto, fontes bancárias disseram ontem a este jornal que o México está pedindo prazos de 15 anos, dos quais dez de carência, nas negociações correntes e pretende incluir no pacote de reescalonamento não só os próximos três ou quatro anos, mas os últimos dois, alterando assim as condições já acordadas com os bancos para 1983 e 1984. Uma dessas fontes disse que os bancos estão insistindo em prazos de dez anos, com cinco de carência. É possível, disse, que cheguem ao meio termo. Durante a carência o país paga juros, mas não amortiza o principal.

Além disso, segundo as mesmas fontes, os mexicanos estão exigindo uma redução drástica da taxa de risco (**spread**), que os bancos cobram acima da taxa básica de juros dos Estados Unidos (**prime rate**) ou da taxa interbancária de Londres (**libor**). Um economista de um dos maiores bancos americanos disse que os mexicanos querem pagar apenas 0,125% sobre a **libor**.

O Brasil, nas negociações mais recentes, obteve prazos de nove anos com cinco de carência, e seus **spreads** caíram para 2% sobre a **Libor**, o que se considerou uma grande vitória para o País. Portanto, o que acontecer com os prazos de pagamento e com as taxas que o México negocia é muito mais importante do que o número de anos negociados.

Mesmo banqueiros entrevistados por este jornal ficaram confusos com o comunicado do Comitê dos Bancos e tentaram freneticamente obter informações suplementares. No anúncio,

Rhodes disse ainda que o novo procedimento permitiria ao México voltar a negociar normalmente com o mercado financeiro. Como se sabe, os empréstimos dos bancos nos dois últimos anos têm sido involuntários. De qualquer maneira, não se espera que o México (pelo menos o setor público) vá pedir dinheiro novo aos bancos para 1985, ao contrário do Brasil. Essa é uma grande vantagem dos mexicanos.

Segundo os cálculos de um grande banco americano, os juros devidos pelo México em 1984 somam US\$ 11,4 bilhões e as amortizações do principal, apenas US\$ 2 bilhões (praticamente só de empréstimos oficiais, já que as amortizações devidas aos bancos foram reescalonadas). Para 1985, os juros chegarão a US\$ 12,7 bilhões e as amortizações a US\$ 10,2 bilhões. Os números para 1986 são US\$ 12,7 bilhões de juros e US\$ 8,1 bilhões de amortizações. Em 1987, os juros atingiriam US\$ 11,2 bilhões e as amortizações, US\$ 18,6 bilhões. Em 1988, os juros ficariam US\$ 10,7 bilhões e as amortizações em US\$ 16,5 bilhões. Obviamente, os números são preliminares e foram calculados com base em uma taxa média da **Libor** de 11% em 1984, 12% em 1985, 12% em 1986, 10,7% em 1987 e 10,5% em 1988. Alguns economistas internacionais acham que essas taxas são muito modestas. Contudo, o México só terá de pagar os juros, já que as amortizações do principal serão reescalonadas.

Fonte ligada ao Comitê dos Bancos confirmou que o Brasil só deverá iniciar suas negociações formais com os credores em setembro ou outubro, com vista às suas necessidades de reescalonamento e de recursos novos em 1985. Afirmou não saber ainda se as autoridades econômicas do País também desejarão negociar um pacote multianual de reescalonamento das amortizações. Os bancos e as próprias autoridades estão cientes de que o próximo governo brasileiro talvez tenha suas próprias idéias a respeito da renegociação da dívida externa.

O anúncio do Comitê dos Bancos para o México foi feito no dia seguinte à reunião que seus membros mantiveram com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e o **chairman** da Reserva Federal, Paul Volcker, em Filadélfia. Na ocasião, o diretor-gerente do FMI distribuiu aos banqueiros um relatório extremamente favorável sobre a evolução das finanças mexicanas. Mas vários banqueiros haviam dito a este jornal que as negociações com o México vinham caminhando na direção de melhores prazos e condições para o país. O recente anúncio de Rhodes, portanto, não deve ser visto apenas como o resultado imediato do apelo feito por de Larosière, segunda-feira, perante a Conferência Monetária Internacional promovida pela Associação dos Bancos dos Estados Unidos. De fato, um banqueiro acha que a força por trás da recente evolução da questão mexicana são os entendimentos mantidos entre o ministro da Fazenda, Silva Herzog, e Paul Volcker.

IMPACTO DA DÍVIDA NOS EUA

Em depoimento prestado ontem no Senado, o secretário-adjunto do Tesouro, R.T. McNamar, estimou que o déficit comercial dos Estados Unidos em 1984 será de US\$ 110 bilhões, sendo que US\$ 25 a US\$ 30 bilhões desse total podem ser atribuídos ao forte declínio das exportações dos Estados Unidos para os países endividados do Terceiro Mundo. Depondo perante a mesma comissão, o economista Fred Bergsten disse que o déficit total do país poderá ultrapassar US\$ 130 bilhões.